



do dia 04 de novembro devido a ausência do autor em Plenário. Nos termos do art. 113 do Regimento Interno o Senhor Presidente Deputado Humberto Coutinho, determinou a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 04 de novembro de 2015 as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2015, de autoria do Deputado Roberto Costa e o Requerimento nº 587/2015, da autoria da Deputada Valéria Macêdo. No horário do Grande Expediente ouviu-se o Deputado Alexandre Almeida. No tempo reservado aos Partidos e Blocos Parlamentares, o Deputado Rafael Leitoa usou o tempo da Liderança e os Deputados Cabo Campos, Fernando Furtado e Wellington do Curso pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão. O Deputado Roberto Costa manifestou-se pelo PMDB. O Deputado Sousa Neto pelo PTN. No Expediente Final não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada e lavrado o presente Resumo que lido e considerado aprovado, será devidamente assinado. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manoel Beckman, em São Luís, 04 de novembro do ano de 2015.

#### LEINº 10.355 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

*Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas.*

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 4º combinado com o § 6º, do art. 47, da Constituição do Estado do Maranhão, PROMULGA a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - A empresa que configure redução de pessoa a condição análoga à de escravo, além das penas previstas na legislação própria, terá cassada a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e de comunicação (ICMS).

**Art. 2º** - O descumprimento do disposto no artigo 1º será apurado na forma estabelecida pela Secretaria de Estado da Fazenda, assegurado o regular procedimento administrativo ao interessado.

**Art. 3º** - Esgotada a instância administrativa, o Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial do Estado, a relação nominal das empresas que tenham sido penalizadas com base no disposto nesta Lei.

Parágrafo único – A relação de trata o **caput** deste artigo também constará, ainda, os respectivos números do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), endereços de funcionamento e nome completo dos sócios.

**Art. 4º** - A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, da empresa penalizada:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

§ 1º - As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de cassação.

§ 2º - Caso o contribuinte seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a cassação da eficácia da sua inscrição no cadastro

de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará cumulativamente:

I - a perda do direito ao recebimento de créditos do Tesouro do Estado,

II - o cancelamento dos créditos já calculados ou liberados.

**Art. 5º** - A presente Lei será regulamentada mediante decreto do Poder Executivo, definindo critérios para aplicação da punição nela prevista.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Revogadas as disposições em contrário.

**MANDA**, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL” DO PALÁCIO “MANUEL BECKMAN”, em 04 de novembro de 2015.

Deputado HUMBERTO COUTINHO  
Presidente

#### RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REALIZADA AOS 27 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015 ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS NA SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

#### PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

LÉO CUNHA-PRESIDENTE  
EDSON ARÁUJO  
RAFAEL LEITOA  
WELLINGTON DO CURSO  
FERNANDO FURTADO

#### CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA

**PARECER Nº 004/2015** - Emitido ao Projeto de Lei nº 117/2015, que estabelece para o Programa de Identificação, Catalogação, Recuperação e Preservação das Nascentes de Águas dos Rios, Riachos, Ribeirão, Córregos no âmbito do Estado do Maranhão.

AUTORIA: Dep. Josimar do Maranhãozinho

RELATOR: Dep. Edson Araújo

DECISÃO: APROVADO por unanimidade nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 04 de novembro de 2015.

Valdenise Fernandes Dias  
Secretária da Comissão

#### RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, REALIZADA AOS 04 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2015, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

#### PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

MARCO AURELIO – PRESIDENTE  
RAFAEL LEITOA